



CIÊNCIAS  
SOCIAIS E  
POLÍTICAS

NOTA TÉCNICA  
Nº 31/ 2025

# Políticas habitacionais do município para mulheres vítimas de violência



Otávio Debien Andrade

N 31.



## **DIRETORIA GERAL**

Christian Aquino Cota

## **DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO**

Frederico Stefano de Oliveira Arrieiro

## **DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA**

Marcelo Mendicino

## **CAPA**

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

*Seção de Criação Visual*

*Superintendência de Comunicação Institucional*

## **PESQUISA DE LEGISLAÇÃO**

*Divisão de Instrução e Pesquisa*

## **AUTORIA**

Otávio Debien Andrade

*Consultor Legislativo em Ciências Sociais e*

*Políticas*

CONTATO: divcol@cmbh.mg.gov.br

URL: [www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes](http://www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes)

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 7, de 2025, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

ANDRADE, Otávio Debien. **Nota Técnica nº 31/2025**: Políticas habitacionais do município para mulheres vítimas de violência. Belo Horizonte: Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, junho 2025. Disponível em: [www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes](http://www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes). Acesso em: DD mmm. AAAA.



CIÊNCIAS  
SOCIAIS E  
POLÍTICAS

NOTA TÉCNICA  
Nº 31/ 2025

# Políticas habitacionais do município para mulheres vítimas de violência

Otávio Debien Andrade

N  
31.

## **Dados da Audiência Pública**

Requerimento de Comissão: nº 2.202/2025

Finalidade da Audiência Pública: discutir a alocação de imóveis a mulheres vítimas de violência doméstica.

Comissão: Comissão de Mulheres

Autoria do requerimento: Vereador Rudson Paixão

Data, horário e local: 26/06/2025, às 9:30h, no Plenário Helvécio Arantes

## **A proteção a mulheres e o conceito de violência doméstica**

A legislação brasileira em vigor garante a proteção a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com destaque para a Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/06). A definição legal para violência doméstica e familiar é a seguinte:

*“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:*

*I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;*

*II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;*

*III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.*

*Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.” (Lei Federal nº 11.340/06)*

Como se vê, a violência doméstica ou familiar ocorre quando envolve pessoa do convívio da vítima, podendo haver ou não vínculo familiar e independentemente de haver coabitação. Ou seja, pode se configurar violência doméstica envolvendo pessoas distantes da família ou de seu convívio social atual ou passado. O art. 7º

dessa mesma lei detalha melhor as formas de violência que podem ser enquadradas no conceito:

*“Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:*

*I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;*

*II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)*

*III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;*

*IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;*

*V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” (Lei Federal nº 11.340/06)*

O dispositivo citado acima determina, portanto, que devem ser considerados violência doméstica e familiar não apenas a violência física, mas também outras formas de violação de direitos da vítima, como as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A Lei Maria da Penha contém uma série de mecanismos direcionados à proteção da mulher vítima de violência ou sob risco de sofrer violência, com destaque para as

Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor, que incluem a obrigação de afastamento do lar, a proibição de aproximação e contato com a ofendida, de seus familiares e das testemunhas, e a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, entre outras. Igualmente importantes são as Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida, que estão previstas nos seguintes dispositivos:

*“Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:*

*I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;*

*II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;*

*III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;*

*IV - determinar a separação de corpos.*

*V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)*

*VI – conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.674, de 2023)*

*Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:*

*I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;*

*II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;*

*III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;*

*IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.*

*Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.” (Lei Federal nº 11.340/06)*

Conforme o disposto nos incisos III e VI do art. 23, acima, uma das possibilidades é que a mulher vítima de violência deixe a sua residência como forma de proteção. Isso não é a opção preferencial para as decisões judiciais, que devem priorizar o afastamento do agressor do lar. No entanto, em várias situações concretas, isso pode deixar a vítima sob risco muito grave, mesmo com as demais medidas protetivas, de modo que a possibilidade de afastamento da mulher do lar também precisa ser considerada. A opinião da própria vítima também deve ser priorizada nessa tomada de decisão judicial.

Além disso, é preciso lembrar ainda que há casos de mulheres em situação de violência que não se sentem seguras sequer para solicitar as medidas protetivas da Lei Maria da Penha e chegam a centros de atendimento com a necessidade de acolhimento para se afastarem de seu agressor.

Com isso em vista, fez-se necessário que as políticas habitacionais - nos diversos âmbitos de governo, mas principalmente no nível municipal - criassem uma interseção com as políticas de proteção à mulher e de assistência social, para dar conta de prover moradias, com urgência, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

### ***Políticas habitacionais do município aplicáveis a mulheres vítimas de violência***

Em Belo Horizonte, a integração entre as políticas de proteção à mulher e a política habitacional se deram com a Lei nº 11.166, de 25 de abril de 2019, que alterou a Lei nº 7.597, de 6 de novembro de 1998, a qual institui o Programa Municipal de Assentamento - PROAS. A versão original do PROAS tinha como público destinatário apenas famílias removidas por obras públicas ou calamidades, em habitação precária ou em situação de rua. Foi com a alteração citada de 2019 que o programa passou a incluir o público de mulheres em situação de violência. Esta parte do programa passou a ser chamada de Morada Segura.

Em relação aos requisitos legais para a inclusão no programa, são os seguintes:

*“Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Programa Municipal de Assentamento - PROAS -, que será executado por tempo indeterminado, com a finalidade de atender à situação de:*

*(...)*

*V - mulher em situação de violência, que tenha sido atendida e encaminhada por órgão e equipamento público municipal responsável pelo enfrentamento à violência contra a mulher.*

*Art. 2º - O beneficiário do PROAS deverá atender aos seguintes requisitos:*

*I - possuir renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos;*

*II - não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro, no Município ou região metropolitana de Belo Horizonte;*

*(...)*

*VII - estar dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Municipal de Habitação.*

*§ 1º - Para atendimento da beneficiária de que trata o inciso V do art. 1º desta lei, o cumprimento dos requisitos previstos neste artigo, em situações excepcionais, poderá ser flexibilizado, mediante laudo técnico-social, permitindo, neste caso, o atendimento pelo Programa Bolsa-Moradia ou por meio da Locação Social, até definição judicial ou extrajudicial sobre os bens.*

*§ 2º - O atendimento da hipótese prevista no inciso V do art. 1º desta lei não exclui a aplicação das medidas protetivas de urgência à ofendida, das que obrigam o agressor e de outras cabíveis previstas em legislação federal.*

*§ 3º - O atendimento da hipótese prevista no inciso V do art. 1º desta lei pode ser realizado por outros programas da política municipal de habitação de interesse social, atendidos os requisitos próprios no que couber.” (Lei municipal nº 7.597/98)*

Conforme o Decreto nº 17.563, de 5 de março de 2021, que regulamenta o atendimento à mulher vítima de violência por meio do PROAS / Morada Segura, o encaminhamento das mulheres para o programa começa no Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda. Esse encaminhamento ocorre quando a equipe técnica do Benvinda, avaliando o caso com o apoio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas, entendem que essa



medida é necessária, tendo como foco a proteção da vida e dos direitos da mulher vítima de violência.

### **Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda<sup>1</sup>**

É o equipamento público da PBH responsável por ofertar orientação, atendimento e acompanhamento psicossocial a mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica e familiar.

O Benvinda atende mulheres residentes do município de Belo Horizonte com idade de 18 anos ou mais. A unidade desenvolve o acompanhamento das mulheres considerando a sua autonomia e contribuindo na construção de estratégias para o rompimento das situações de violência doméstica e familiar com base no gênero, por meio de ações preventivas e emancipatórias embasadas na garantia de direitos.

#### **Informações de contato:**

Funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Endereço: Rua Hermilo Alves, 34 - Santa Tereza (próximo à Avenida do Contorno)

Tel.: (31) 98873-2036

Email: [ceambenvinda@pbh.gov.br](mailto:ceambenvinda@pbh.gov.br)

Nos casos de alto risco de feminicídio, o Benvinda também pode promover o abrigo emergencial da mulher no Abrigo Protegido Sempre Viva, ou para uma das demais unidades de acolhimento parceirizadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH). Esse abrigo pode ser utilizado inclusive enquanto se aguarda o assentamento por meio do Morada Segura.

Além disso, quando se constata que a mulher não atende aos critérios para inserção do programa Morada Segura, existem outras alternativas de abrigo, como:

- por meio de parceria com o Consórcio Mulheres das Gerais (abrigo sigiloso);

---

<sup>1</sup> Informações oficiais da PBH, extraídas da seguinte página:  
<https://prefeitura.pbh.gov.br/direitos-humanos/equipamentos/benvinda>

- abrigamento em diferentes modalidades em articulação com a política municipal de Assistência Social;
- articulações institucionais para garantir que a mulher não fique descoberta de serviço provisório de abrigamento em situações emergenciais.

No que se refere às formas de provisão de habitação para as mulheres atendidas pelo Morada Segura, elas são realizadas pelos programas Locação Social ou Bolsa Moradia, a depender do caso e da disponibilidade de imóveis. O funcionamento desses programas, e as diferenças entre eles, estão descritas a seguir:

### **Programa Bolsa Moradia<sup>2</sup>**

Programa executado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), que concede benefício no valor de R\$ 800,00 para subsidiar as despesas com moradia do público atendido pelo programa.

Cabe ao beneficiário indicar uma nova moradia para vistoria e assinar um contrato com o locador, quando o imóvel é aprovado. Para a assinatura do contrato é necessária uma vistoria prévia do imóvel por um engenheiro da Urbel, com a finalidade de assegurar que a moradia não esteja em área de risco geológico; nem em faixa de servidão de rodovias, ferrovias e linhas de transmissão de energia elétrica da Cemig; e também que não tenha defeitos construtivos e condições insalubres.

### **Programa Locação Social<sup>3</sup>**

Programa também executado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), cujo objetivo é promover atendimento habitacional subsidiado por meio da locação, a preços acessíveis, de unidades habitacionais privadas ou públicas existentes. A família atendida recebe um valor mensal para arcar com o aluguel de acordo com a sua capacidade de pagamento. O comprometimento é calculado a partir da renda per capita e pode variar entre 15% a 30% da renda familiar. O subsídio repassado pela Prefeitura pode chegar a até R\$ 500,00 mensais.

<sup>2</sup> Informações oficiais da PBH, extraídas da seguinte página:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/bolsa-moradia>

<sup>3</sup> Informações oficiais da PBH, extraídas da seguinte página:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/locacao-social>

O imóvel é escolhido de acordo com o arranjo familiar e o valor de locação é calculado conforme a pontuação da moradia, que passa a compor o banco de imóveis após avaliação de habitabilidade, segurança e localização. A análise é realizada por levantamento de dados secundários e por vistoria.

Pela forma como o programa funciona, ele permite que a mulher vítima de violência atendida tenha um lar seguro para si e seus dependentes, na região onde precisa, com possibilidade de escolha e com diminuição considerável da despesa com moradia.

### ***Situação atual do Programa Morada Segura***

Segundo informações prestadas pela Urbel em maio de 2025, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.870/25<sup>4</sup>, há atualmente 48 (quarenta e oito) mulheres sendo atendidas pelo programa Morada Segura, sendo 36 (trinta e seis) inseridas no programa Bolsa Moradia e 12 (doze) atendidas pelo programa Locação Social. A permanência das mulheres no programa é reavaliada a cada 6 (seis) meses pela equipe de acompanhamento, podendo ser prorrogada com base em análise técnica, ou até que haja decisão judicial ou extrajudicial sobre os bens. Questionada sobre o prazo para atendimento das mulheres encaminhadas para o programa, a Urbel informou que o prazo total médio é de 2 (dois) meses, e que esse prazo depende inclusive da capacidade de organização das mulheres beneficiárias. Os imóveis a serem alugados são vistoriados pela Urbel, processo que leva cerca de uma semana.

Segundo a SMASDH, também em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.870/25, desde o início do programa já foram encaminhadas 131 (cento e trinta e uma) mulheres pelo Benvinda, das quais 93 (noventa e três) permanecem ativas. Destas, 79 (setenta e nove) mulheres já foram efetivamente cadastradas pela Urbel, mas apenas 48 (quarenta e oito) efetivamente acessaram o programa até o momento. A Urbel explicou ainda que os 31 (trinta e um) casos já cadastrados mas não efetivados dependem de alguma movimentação das mulheres, especialmente

<sup>4</sup> Trata-se do Ofício SMGO/SUAL-DALE nº 580/2025, protocolado na CMBH no dia 02/06/25, que está disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/requerimento-de-comissao/1870/2025>

em relação ao seu comparecimento nos órgãos e na apresentação de imóvel a ser alugado.

Em relação ao orçamento do programa Morada Segura, a Urbel informou que, para o exercício de 2025, a dotação orçamentária foi de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais). No entanto, à princípio o recurso destinado ao programa pode ser ampliado no caso da demanda superar a previsão orçamentária, uma vez que, nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta SMASAC/URBEL nº 008/2021<sup>5</sup>, “as mulheres em situação de violência e suas famílias, atendidas pela Lei 11.166/2019, deverão ter prioridade de inserção nas políticas públicas especializadas e demais políticas municipais, contribuindo para a garantia de direitos e promovendo a proteção social integral”. Assim, o orçamento dos programas Bolsa Moradia e Locação Social previstos para outros públicos poderiam ser revertidos para o atendimento de mulheres vítimas de violência que aguardem atendimento, caso isso venha a ser necessário.

## ***Legislação Correlata***

### Legislação Federal:

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.”
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - (Lei Maria da Penha) “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.”
- Lei nº 14.674, de 14 de setembro de 2023 - “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/assistencia-social/legislacao>

pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.”

Legislação Estadual:

- Lei nº 13.432, de 28 de dezembro de 1999 - “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência e dá outras providências.”
- Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016 - “Institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.”

Legislação Municipal:

- Lei nº 7.158, de 16 de agosto de 1996 - “Institui o Programa Municipal de Albergues para a Mulher Vítima de Violência e dá outras providências.”
- Lei nº 7.597, de 6 de novembro de 1998 - “Dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências.”
- Lei nº 11.482, de 14 de abril de 2023 - “Institui o Programa de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência e dá outras providências.”
- Decreto nº 17.150, de 31 de julho de 2019 - “Regulamenta o Programa de Locação Social.”
- Decreto nº 17.563, de 5 de março de 2021 - “Regulamenta a Lei nº 11.166, de 25 de abril de 2019, que altera a Lei nº 7.597/98, que dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências.”

Belo Horizonte, 23 de junho de 2025.

Otávio Debien Andrade  
Consultor Legislativo em Ciências Sociais e Políticas  
Divisão de Consultoria Legislativa  
Diretoria do Processo Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE  
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG  
[www.cmbh.mg.gov.br](http://www.cmbh.mg.gov.br)  
31 3555.1100